

HUSSERL, MILLIKAN E O INTENCIONALISMO

HUSSERL, MILLIKAN AND INTENTIONALISM

Luciane Luisa Lindenmeyer¹

Resumo:

Neste artigo, trato do conceito de intencionalidade. A proposta teórica é a de contrastar as abordagens de Husserl e de Millikan, dois autores que fazem uso dessa noção, apesar de apresentarem propostas filosóficas destoantes. Em ambos os casos o conceito de intencionalidade pode ser vinculado às suas teorias semânticas, assim como a intencionalidade é associada à noção de teleologia. O conflito aqui exposto traz à tona questões referentes ao clássico debate entre intencionalismo e extensionalismo, e, no panorama teórico mais amplo trata da razoavelmente recente tentativa de naturalização da fenomenologia. Apesar de adotarem posições opostas no debate epistêmico sobre a natureza do significado, encontramos nas suas teorias semânticas elementos normativos que são, ao mesmo tempo intencionais e teleológicos. Da mesma forma, tanto na fenomenologia de Husserl quanto na biosemântica de Millikan a elaboração conceitual da intencionalidade pressupõe uma teoria da representação e a ampliação conceitual de alguns termos empregados, a fim de assegurar o caráter intersubjetivo do sentido e da significação.

Palavras-chave: Teleologia. Intencionalidade. Husserl. Millikan. Naturalização da fenomenologia.

Abstract:

In this article, I deal with the concept of intentionality. The theoretical proposal is to contrast the approaches of Husserl and Millikan, two authors who make use of this notion, despite presenting different philosophical proposals. In both cases, the concept of intentionality can be linked to their semantic theories, just as intentionality is associated with the notion of teleology. The conflict exposed here brings up questions referring to the classic debate between intensionalism and extensionalism, and, in the broader theoretical panorama, it deals with the reasonably recent attempt to naturalize phenomenology. Despite adopting opposing positions in the epistemic debate about the nature of meaning, we find in their semantic theories normative elements that are both intentional and teleological. Likewise, in both Husserl's phenomenology and Millikan's biosemantics, the conceptual elaboration of intentionality presupposes a theory of representation and the conceptual expansion of some terms used, to ensure the intersubjective character of meaning and signification.

Keywords: Teleology. Intentionality. Husserl. Millikan. Naturalization of phenomenology.



Introdução

A proposta deste artigo é a de fazer um comparativo entre os conceitos de intencionalidade de Husserl e de Millikan. Ambos apresentam uma vinculação direta entre intencionalidade, teleologia e significação. Inicialmente, apresento a correlação husserliana entre intencionalidade e teleologia, isto é, o fluxo intencional das vivências de consciência ocorre de modo teleológico. Nesse sentido, a análise fenomenológica da constituição dos objetos na consciência contrasta com a análise psicológica das diferentes causalidades dos fenômenos psíquicos. Em seguida, tratarei da proposta teleológica implícita na biosemântica de Ruth Millikan. Nesse caso, tanto intencionalidade quanto teleologia são assimiladas a partir de uma perspectiva naturalista.

O que será demonstrado, espero que de modo satisfatório, é que, apesar das dissonâncias teóricas entre a fenomenologia husserliana e a semântica naturalizada de Millikan, nos dois casos encontramos o uso do conceito de intencionalidade sob o pano de fundo de um desenvolvimento teleológico. Por consequência de todas essas questões, é igualmente interessante considerar as suas análises do conceito de representação, tendo em vista as suas especificidades no que se refere ao modo como são fixadas as representações enquanto “conteúdo mental”. Considerarei igualmente a questão de que Husserl e Millikan fazem, em diferentes proporções, remissão ao conceito de intencionalidade de Brentano.

Com base nesses elementos teóricos resultantes desse estudo comparativo, é importante também analisar o processo de naturalização que fica evidenciado no contraste entre os dois autores mencionados. Como pano de fundo desse comparativo espero mostrar igualmente o clássico embate entre internalistas e externalistas. O tensionamento entre essas posições é mais evidente no campo da epistemologia, em específico, no tópico da justificação epistêmica. Essa é considerada por alguns como “A controvérsia mais interessante” atualmente no campo da epistemologia. (FUMERTON, 2014, p. 9). Definições bastante sintéticas de internalismo e externalismo são as de que internalistas pressupõem que a justificação do conhecimento implica estados mentais, sejam eles experiências sensoriais, memórias ou crenças; externalistas reivindicam critérios externos para esses estados, na elaboração de suas teorias do conhecimento. Em grande medida, externalistas apresentam algum tipo de teoria causal em detrimento de abordagens fundacionalistas fundadas em “razões epistêmicas” para crenças.

Podemos considerar que a fenomenologia husserliana seja um tipo de fundacionalismo, na medida em que Husserl, apesar de ser um filósofo contemporâneo, ainda flertava com as fundamentações últimas do conhecimento. Além do mais, ele fazia uso de conceitos como conhecimento, evidência e essência, vocabulário clássico do fundacionalismo². Millikan, por sua vez, fundamenta a sua teoria semântica por meio de conceitos como teleologia e função, a partir de acepções utilizadas na biologia. Para além dessas questões, a demarcação conceitual entre internalismo e externalismo que interessa para este comparativo entre as teorias da intencionalidade de Husserl e de Millikan é a de que “Os externalistas procuram identificar o estar justificado com a exemplificação das propriedades assim chamadas *naturais*, enquanto os internalistas rejeitam a “naturalização” da epistemologia”. (FUMERTON, 2014, p. 9).

Com isso em mente, apresentarei as teorias semânticas de Husserl e de

Millikan a fim de demonstrar o papel da intencionalidade nas suas considerações sobre o significado. Em seguida, analiso as dissonâncias e confluências entre as suas propostas intencionalistas, tendo em vista os conceitos de teleologia, função e, claro, intencionalidade. Como pano de fundo dessa análise comparativa está a chamada naturalização da fenomenologia e o conflito indireto entre a renúncia husserliana de aderir a uma explicação causal e psicológica da consciência e, portanto, do significado; e a proposta de Millikan de uma naturalização da intencionalidade fundada por elementos da biologia evolutiva.

Intencionalidade em Husserl: entre intuição e significado

Antes de considerar em que consiste o conceito de intencionalidade no pensamento de Husserl, convém inicialmente introduzir as variações históricas desse conceito que integra a tradição filosófica. Este é um conceito que foi originariamente empregado no contexto da Filosofia Medieval, tendo a significação do que faz referência a algo para além de si mesmo. Há, portanto, aqui uma condição de relacionalidade entre dois elementos. Em específico, a vinculação entre o ato de pensamento e o conhecimento. A intencionalidade é uma noção empregada também no sentido de atividade prática (intenção), ou seja, a referência de uma atividade prática ao seu objeto. (ABBAGNANO, 2007). A intencionalidade será igualmente relevante para a psicologia empírica de Franz Brentano. Para ele, a intencionalidade é o elemento que caracteriza os fatos psíquicos, tais como juízos e sentimentos. Uma definição concisa de psicologia especificamente empírica é a de que “as leis fundamentais das quais podemos derivar os fenômenos de sucessão mental, agora e provavelmente por muito tempo, são apenas leis empíricas³”. (BRENTANO, 2009, p. 49).

No contexto de reformulação da intencionalidade nas origens teóricas da fenomenologia, ela não mais é a característica dos fenômenos psíquicos, mas a própria relação entre sujeito e objeto que constitui a consciência em geral. A intencionalidade é, nesse sentido, “aquilo o que caracteriza a *consciência* no sentido forte, e que justifica ao mesmo tempo designar todo o fluxo de vivido como fluxo de consciência e como unidade de uma *única* consciência”. (HUSSERL, 2006, § 84, p. 190). A intencionalidade, enquanto relacionalidade entre consciência e mundo, refere-se precisamente às “sínteses preenchentes de sentido” (HUSSERL, 2013, § 84, p. 18). Nesse contexto teórico da fenomenologia clássica, a linguagem é um “elemento secundário” do conhecimento, pois que ela é subordinada ao projeto husserliano de filosofia da consciência. (MANFREDO, 2006, p. 36).

Husserl associará à intencionalidade um processo de desenvolvimento teleológico, a fim de não incorrer nos relativismos oriundos das explicações das causalidades psicológicas. É a partir dessa crítica ao relativismo epistêmico que Husserl aborda as temáticas da constituição da significação e da apreensão das “objetividades” realizada pela consciência. A intencionalidade implícita nas suas proposições contrasta com a explicação causal da constituição de conteúdos mentais. Explicação causal equivale aqui ao sensualismo que aborda a consciência por uma perspectiva exclusivamente psíquica. Nesse sentido, “É uma invenção do Sensualismo quando se interpreta a consciência como complexo de dados dos sentidos” (HUSSERL, 2013, p. 11). A sua crítica ao empirismo tradicional que é justamente fundado no sensualismo não é, no entanto, a tentativa de substituí-lo por

uma abordagem puramente apriorística ou metafísica.

A pertinência da polêmica redução transcendental não é a de fundar um idealismo como os modelos tradicionais, mas sim a de fundar uma teoria do conhecimento em uma evidência fenomenológica, qual seja, a intuição. Em razão disso, Husserl (2013, § 51, p. 119) afirma que “A existência de uma natureza não *pode* condicionar a existência da consciência, uma vez que ela mesma se mostra como correlato da consciência; ela somente é enquanto se constitui em nexos regrados de consciência”. Antes de falar sobre a existência de objetos, a fenomenologia trata de procedimentos intuitivos que compõem a “consciência de objeto”, isto é, ela tematiza as diferentes intencionalidades. Ao considerar que na constituição intencional dos vividos de consciência todo vivido empírico está vinculado a uma unidade de sentido, Husserl (2006, § 54, p. 128) apressa-se em pontuar que “isso não é uma construção metafísica”. Se para cada unidade de sentido há uma consciência doadora correlata, a fenomenologia deve corresponder a uma investigação intuitiva.

Fenomenologia e ontologia permanecem, em Husserl, como campos filosóficos distintos. Ao contrário de Heidegger, “não há portanto para Husserl uma ‘fenomenologia do ser’”. (MOURA, 1989, p. 25). Se a sua proposta deliberadamente não alcança a facticidade heideggeriana, a investigação filosófica das essências é a descrição das estruturas intencionais dos diferentes atos de consciência. Como bem assimilado por Merleau-Ponty (1999, p. 1), “A fenomenologia é o estudo das essências, e todos os problemas, segundo ela, resumem-se em definir essências: a essência da percepção, a essência da consciência, por exemplo”. Mesmo que seja imprescindível definir a fenomenologia como a ciência das essências de atos de consciência e não de objetos, ainda assim é importante ter em mente que “a interpretação da fenomenologia como análise de essências faz com que se perca o fundamental”. (MOURA, 1989, p. 19).

A problemática da significação esteve sempre presente na elaboração teórica da fenomenologia clássica de Husserl. Nas *Investigações Lógicas*, os conceitos de significação e de intuição são caracterizados através da noção fenomenológica de preenchimento. Atos significativos e intuitivos são componentes da “fenomenologia dos graus do conhecimento”. (HUSSERL, 1975, p. 15). Nesse contexto, “a síntese de preenchimento é **a evidência ou o conhecimento, no sentido forte da palavra**”. (HUSSERL, 1975, p. 15). O movimento teleológico, e não causal, da consciência intencional refere-se precisamente a esse procedimento, iniciado na intuição simples, ou percepção, e finalizado no preenchimento intuitivo que equivale à evidência fenomenológica. Podemos pensar essa dinâmica intencional também a partir da oposição de clarificação, onde há a “*intensificação da clareza do já intuído*”, e de obscuridade de representações que não chegam ao nível intuitivo, por conta de obstáculos psicológicos. (HUSSERL, 2006, § 68, 69, p. 150-151).

A apreensão intuitiva do conhecimento ocorre por um processo de desenvolvimento teleológico que é a característica própria da consciência. Husserl (2006, § 86, p. 197-198) faz uso do conceito de função para tratar da teleologia da consciência, isto é, é função da consciência “tornar possível a ‘unidade sintética’” dos vividos. A função é pensada como a essência pura das *noeses*, equivalentes ao nível subjetivo da análise fenomenológica. Não se trata aqui de um procedimento causal, porque não está em questão a abordagem de estímulos sensoriais, mas sim da sobreposição de atos de consciência que constituem os vividos. Essa sobreposição é

iniciada pela percepção, ou intuição simples, por meio de conteúdos sensoriais que são constituídos por meio de uma “superposição gradual de intenções categoriais”. (HUSSERL, 1975, p. 17). Nesse procedimento, as expressões linguísticas são associadas a expressões mentais respectivas, de modo que não há significação independente do seu preenchimento de significação, que ocorre em nível cognitivo. Com isso, Husserl (1975, § 1, p. 20) assinala que

Compreendemos a expressão de uma percepção sem percebermos, a expressão de uma pergunta sem perguntarmos, etc. Dispomos não somente de palavras, mas também de formas ou expressões a nível do pensamento”.

Se há uma teoria semântica husserliana, ela pressupõe uma abordagem internalista do significado. Não há significação sem que haja um ato de consciência específico que “dá o sentido”, isto é, que apreende o conteúdo semântico intuitivamente. Uma vez que esse conteúdo tenha sido apreendido, o ato de significação fundamenta o seu ato de expressão respectivo. O significado não pode ser unicamente associado à percepção, ou à intuição simples, porque a experiência perceptiva é constituída de diferentes modos, ou seja, um mesmo objeto é experienciado por “perspectivas singulares”. (HUSSERL, 1975, § 4, p. 24). Por conta disso, a significação precisa contar com “**algo comum** que cada um dos múltiplos atos de percepção relativos a um mesmo objeto traz em si”. (HUSSERL, 1975, § 4, p. 24).

Evidentemente, a significação não depende unicamente da percepção imediata dos objetos, pois que não haveria significado se aquilo que é expresso não estivesse sempre à disposição visual. Consideremos como exemplo um jardim: “O ouvinte compreende minhas palavras e a proposição inteira sem olhar para o jardim, ele pode emitir o mesmo juízo, confiando na minha veracidade e sem ter a percepção”. (HUSSERL, 1975, § 4, p. 24). O sentido expresso aqui deve ser, no entanto, o mesmo que aquele utilizado na presença do referente e quando ele é apenas recordado. Isso só é possível se, no fluxo do vivido, houver um “ato sempre da mesma espécie” que preserve o significado mesmo com as modificações dos vividos de consciência, como na passagem fenomenológica da percepção para a recordação ou a imaginação. Portanto, o significar depende, na fenomenologia de Husserl, de um processo de apreensão intuitiva, que é realizado por um ato de consciência específico.

O processo constitutivo de apreensão intuitiva é um processo teleológico, isto é, a consciência constituinte é “[...] para Husserl [...] o *artefato* ao qual a teleologia da vida intencional chega”. (MERLEAU-PONTY, 1975, p. 449). Todo esse processo é iniciado na percepção, ou intuição empírica, pois que é por meio dos atos perceptivos que há a presentificação dos objetos. No entanto,

A percepção **realiza**, portanto, a **possibilidade** de desdobramento do visar isto, juntamente com a sua relação determinada ao objeto, por exemplo; a este papel diante dos meus olhos; mas, segundo nos parece, ela própria não constitui a significação nem sequer parcialmente. (HUSSERL, 1975, § 5, 27).

A percepção, portanto, determina a significação por ser uma modalidade de

ato que tem a primazia dos dados originários da experiência, mas ela não contém a significação. A problemática semântica na fenomenologia pressupõe um tipo específico de representação que se refere a “uma forma de representar de nível mais elevado, de um representar não-sensível”. (TUGENHAT, 1996, p.107). Com essa ampliação do conceito de representação, Husserl pode universalizar a significação. Essa é uma posição defendida em *Investigações Lógicas* e que será mantida nas produções de Husserl. Em *Ideias I*, obra em que Husserl (2006, § 3, p. 37) apresenta mais claramente a sua polêmica virada transcendental, encontramos ainda a percepção definida como intuição empírica e como o elemento que “traz o objeto à doação”. (2006, § 3, p. 37). É pela percepção que a “consciência apreende ‘originariamente’ o objeto em sua ipseidade ‘de carne e osso’”. (2006, § 3, p. 37). Ainda assim, em nível perceptivo imediato não há “atuação da consciência”, mas apenas “consciência espontânea”. (2006, § 23, p. 68). Por contraste, a intuição de essência possibilita a representação de objeto em diversos atos distintos, podendo o objeto ser “pensado de maneira vaga ou distinta” ou “tornar-se sujeito de predicções verdadeiras ou falsas”. (2006, § 3, p. 37).

Intuição é, na fenomenologia, a visão de essência contida no processo de desenvolvimento intencional das múltiplas vivências. Ela é o maior grau da evidência fenomenológica. O interesse fenomenológico pela análise das diferentes intencionalidades está de acordo com a visão husserliana de cientificidade, ou seja, para ele “conhecimento científico é aquele remissível a princípios teóricos que justifiquem sua formulação”. (SACRINI, 2018, p. 18). Em termos bastante kantianos, a remissão exigida aqui está associada às condições subjetivas e objetivas do conhecimento. A intencionalidade é, nesse sentido, a estrutura noético-noemática da consciência. Cada ato subjetivo (*noese*) é acompanhado de um correlato noemático que é o sentido “em significação bem ampliada”. (HUSSERL, 2006, §88, p. 204). Para além de um significado puramente linguístico, há, na fenomenologia husserliana, a concepção de que a validade de todo ser pressupõe a consciência. Essa validade é, pode-se dizer, “anterior” ao significado linguístico.

Sob essas condições teóricas de análise, se fizermos a transposição do vocabulário husserliano para o campo das posições defendidas na Filosofia da Mente, Husserl é um intencionalista, apesar de contestar o naturalismo. Há na fenomenologia de Husserl a defesa de uma abordagem intencionalista da mente⁴, se consideramos que

Todas as representações mentais e públicas “referem” ou “indicam”, ou ainda “apontam” para algo que pode ser um objeto material concreto, algo abstrato (o único número primo par), um estado de coisas simplesmente possível. (LERCLEC, 2020, p. 66).

Tendo em vista a relacionalidade entre consciência e mundo, está implícita no movimento teleológico de apreensão da consciência uma “dialética normativa” que “define o padrão de sucesso ou fracasso da progressão da percepção⁵”. (DOYON, 2022, p. 173). Há uma série de regras ou normas que determinam os graus de preenchimento necessários para o conhecimento. E nesse processo, a consciência pode até mesmo antecipar conteúdos, que podem ou não ser confirmados posteriormente na experiência. (DOYON, 2022, p. 173). Mas mais do que simplesmente descrever a estrutura intencional das experiências, a análise fenomenológica da intencionalidade possibilita o reconhecimento da estrutura da

percepção a partir de um vocabulário técnico, como retenção e protensão⁶, por exemplo. Falar de intencionalidade, na fenomenologia, não é tratar de estados mentais, mas da estrutura da experiência. Isso quer dizer que

A intencionalidade não consiste em uma propriedade essencial dos estados mentais (em oposição aos físicos), mas expressa uma característica estrutural de experiências vividas, graças às quais estas últimas podem ser descritas como consistindo em vários modos de relação a algum objeto⁷. (RENAUDIE, 2022, p. 13).

Na teoria semântica husserliana, o significado pressupõe esse desenvolvimento teleológico⁸, não redutível à causalidade fisicalista, de constituição da intencionalidade. É essência própria da consciência realizar essa constituição e, como vivido noético é da essência da consciência “guardar em si algo como um ‘sentido’”. (HUSSERL, 2006, § 88, p. 203). Esse processo de apreensão ocorre gradualmente e, por isso, a evidência fenomenológica do sentido é constituída por diferentes níveis intencionais até a apreensão “plena de sentido”. (HUSSERL, 2006, § 88, p. 203). Na constituição fenomenológica do vivido o sentido noemático é o componente não-real da experiência, em contraste com os *hiléticos*, ou momentos reais, referentes aos dados sensoriais.

A elaboração husserliana da intencionalidade por uma perspectiva semântica e não psicológica (RENAUDIE, 2022, p. 15), pressupõe a redução fenomenológica para o acesso à constituição do sentido que é um novo tipo de objeto (objeto correlato) e que não é um objeto efetivo da factualidade. Os conteúdos semânticos são associados à estrutura da experiência, que é realizada teleologicamente até o preenchimento intuitivo e a consequente apreensão dos significados. O significado é produto da análise fenomenológica das experiências, as quais, ao não serem “psicológicas” não estão “na consciência” individual. Em nível fenomenológico, enquanto algo tem sentido para mim, não me distingo em nada das outras consciências, com a redução fenomenológica a consciência é pré-pessoal. (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 7).

Como já mencionado, a teoria do significado husserliana é uma abordagem semântica internalista, pois que o significado depende de uma adequação entre atos de consciência. O significar pressupõe uma relação de recobrimento entre a percepção que dá o objeto e os enunciados expressos por meio de juízos. (HUSSERL, 1975, § 5, p. 28). Essa sobreposição se mantém como internalismo semântico em *Ideias I*, com a caracterização da relacionalidade entre *noese*, atos de consciência, e *noema*, como o sentido objetivo. O internalismo husserliano é fundamentado por meio de um “núcleo de significação primário em torno do qual se organizam os atos de denominação e de expressão”. (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 12).

Intencionalidade em Millikan: uma teoria naturalista do conteúdo semântico

A noção de intencionalidade é igualmente central para a teoria semântica de Ruth Millikan. É importante destacar que ela não faz referência ao pensamento de Husserl, por isso caracterizei, na introdução, este comparativo como um conflito “indireto”. Millikan faz, em verdade, remissão ao conceito brentiano de intencionalidade, de modo a associá-la à sua definição de função. Segundo Millikan (2005, p. 168),

Brentano tomou a essência da intencionalidade como a capacidade da mente de “intencionar” o inexistente. Nos últimos anos tornou-se geralmente aceito que ele estava certo nesse sentido: o núcleo de qualquer teoria da representação deve conter uma explicação de como a deturpação pode ocorrer. [...] a deturpação é melhor compreendida ao incorporar a teoria da intencionalidade dentro de uma teoria da função que nos permite entender de forma mais geral o que é mau funcionamento⁹.

Com o uso do conceito de intencionalidade, Millikan (2005) pode ampliar o conceito de função biológica, tendo em vista, inclusive, o seu mau funcionamento, ao ainda, as “falsas representações”. A sua teoria semântica possui uma forte orientação pragmática, se consideramos que na pragmática a significação é considerada a partir das estruturas de comportamento e o seu desenvolvimento contextual. (OLIVA, 2003). O processo de naturalização da intencionalidade no seu pensamento é indispensável para a fundamentação da sua biosemântica. Por isso, a análise da constituição da intencionalidade é elaborada em termos teleológicos ou biológicos, por uma perspectiva da seleção evolutiva. Como naturalista, Millikan pretende responder à questão de como é possível a correlação entre representações mentais e o que ocorre no mundo.

De modo mais específico, sua semântica teleológica aborda a “história sobre o tipo de relação existencial que cimenta uma representação mental ao seu referente”. (MILLIKAN, 2005, p. 130). Parte significativa da sua resposta a essa questão passa pela noção de função, ou teleofunção. Uma função é desempenhada por um dispositivo biológico. Na relação entre dispositivos e funções, é definido o encadeamento entre os mecanismos dos dispositivos biológicos e determinados sinais intencionais ou performances realizadas por eles. Esses sinais desempenham a chamada teleofunção.

A caracterização adequada da análise da intencionalidade, como semântica teleológica, empreendida por Millikan pressupõe que o desempenho positivo dos mecanismos seja considerado a partir da sua história evolutiva. Não se trata do mesmo conceito de função do funcionalismo. Isso por duas razões principais. A primeira é que Millikan considera a teleofunção por uma perspectiva biológica. Os funcionalistas, por sua vez, não precisam necessariamente abordar as questões referentes à estrutura do cérebro (MIGUENS, 1998, p. 468). A segunda é que Millikan não usa o termo função na acepção funcionalista de que “[...] a caracterização adequada de quase todos os estados mentais envolve uma referência não eliminável a uma série de estados mentais com os quais o estado mental em questão está conectado em termos causais”. (CHURCHLAND, 2004, p. 59).

Millikan não trata do funcionamento da estrutura interna de dispositivos. Precisamente por isso, “O teleofuncionalismo implica mais do que a individuação de estados mentais pelos seus papéis causais”. (MIGUENS, 1998, p. 468). Isso implica que os mecanismos biológicos dos dispositivos tenham a sua história evolutiva reconstituída através da vinculação direta entre ancestralidade e descendência. É nesse contexto evolutivo que está o que Millikan chama de *Normal*¹⁰, em sentido normativo, mas estritamente biológico e referente à performance de organismos. Essa dimensão normativa está relacionada com a noção de categoria biológica, na medida em que Millikan

usa “categorias biológicas” numa acepção mais lata do que o biológico, incluindo todas as categorias de funções próprias com explicação histórica da sua proliferação, abrangendo, nomeadamente, artefactos cujo design não é original mas reproduzido de outros para que sirvam as mesmas funções que os seus modelos; comportamentos herdados, ou que resultam de treino, ou de aprendizagem por tentativa e erro com recompensas positivas. (SILVA, 2010, p. 257).

Diante disso, a função não está associada unicamente às disposições biológicas ou formas fisiológicas, mas sim à história de uso da função pelos membros de uma mesma família estabelecida reprodutivamente. Nesse sentido, “Os propósitos intencionais são parte de uma rede maior de propósitos naturais”. (STEIN, 2012, p. 2). Na teoria semântica de Millikan, o significado é uma função. A sua proposta está de acordo com a visão de que

O programa “telesemântico” é parte da tentativa de dar uma explicação naturalista das propriedades semânticas das representações mentais. O objetivo é mostrar como os estados internos de um agente totalmente físico poderiam, como uma questão de fato objetivo, representar o mundo além deles¹¹. (GODFREY-SMITH, 2006, p. 42).

É precisamente neste sentido que ela pretende estabelecer uma analogia entre os mecanismos dos dispositivos biológicos e dos dispositivos linguísticos. Essa associação pressupõe a ampliação do conceito de função biológica, o que consiste em uma visão teleológica dessas funções. (SILVA, 2010, p. 256). As telefunções são sinais intencionais compartilhados por uma mesma família genética. Sinais intencionais indicam, tanto nos dispositivos biológicos quanto nos linguísticos, diferentes propósitos. A semântica naturalizada de Millikan terá, portanto, como um de seus princípios a posição de que “Um sinal natural é um sinal intencional se não apenas mostrar que algo está acontecendo, mas tiver o propósito de alertar, indicar, etc. para algo que está acontecendo”. (STEIN, 2012, p. 9). A fim de ilustrar essa dinâmica naturalizada da intencionalidade, alguns exemplos de sinais intencionais são

[...] o bater de alerta de um coelho, o chamado que uma galinha faz para seus filhotes quando encontrou comida, a postura de um gato irado, sua cauda em pé, a curvatura corporal de um cachorro e sua cauda oscilante. (ELKMAN, 2004, p. 103, apud. STEIN, 2012, p. 6).

Esses sinais naturais desempenhados funcionam como representações das intenções dos organismos. A fixação dos conteúdos semânticos depende da relação entre as representações internas e as representações externas. Essa relação decorre, por sua vez, do que Millikan (1989, p. 281) chama de condições de funcionamento normal (*conditions of normal function*) dos sistemas produtores, ou seja,

Onde o representado é R e sua representação é "R", em condições de bom funcionamento, podemos supor, apenas Rs podem ou provavelmente produzirão "Rs". Ou talvez "R" seja uma representação de R apenas no caso de o sistema ter sido projetado para reagir a Rs produzindo "Rs"¹².

(MILLIKAN, 1989, p. 281-282).

É interessante considerar que, apesar da análise de Millikan fazer referência a representações internas (*inner representation*), o seu projeto apresenta condições para uma abordagem externalista¹³ do significado. Ela estará igualmente interessada em assegurar a objetividade dos significados e dos conteúdos representacionais. Millikan chega a tratar de uma semântica específica dos dispositivos consumidores, isto é, daqueles que “interpretam” os sinais naturais desempenhados pelos dispositivos produtores. Considerar majoritariamente a tomada de informações naturais de modo externo, é também ter em conta que eventuais equívocos interpretativos por parte dos consumidores são, de certo modo, irrelevantes. Sobre isso, Millikan (1989, p. 286) considera que

Deve haver algo sobre o consumidor que constitui o fato de ele tomar os sinais para indicar, digamos, p, q e r em vez de s., t e u. Mas, se sabemos o que constitui a tomada de um sinal pelo consumidor para indicar p, o que q, o que r, etc., então, desde que as tomadas do consumidor sejam de algum modo sistematicamente derivadas das estruturas dos signos assim tomadas, podemos construir uma semântica para a linguagem do consumidor¹⁴.

Millikan explicará a intencionalidade aplicável também aos dispositivos linguísticos, de modo que “a linguagem é uma representação interna que suscita representações externas”. (STEIN, 2012, p. 3). E aqui há um ponto que pode parecer um tanto quanto paradoxal¹⁵ na filosofia da linguagem de Millikan. A questão é a de que mesmo que as funções apropriadas dependam da vinculação entre a representação e o representado, no que se refere às designações da linguagem, não há a necessidade de invocarmos algum tipo de teoria da correspondência entre signos intencionais e algo que está no mundo. Isto significa que

Embora uma representação seja sempre algo que é produzido por um sistema cuja função própria é fazer com que essa representação corresponda por regra ao mundo, o que é a regra de correspondência, o que dá definição a essa função, é determinado inteiramente pelos consumidores da representação¹⁶. (MILLIKAN, 1989, p. 286).

A explicação das condições normais do bom desempenho do dispositivo dependerá, portanto, da concordância entre a representação e aquilo o que é representado. Nesse contexto, o significado é caracterizado por Millikan como equivalente às telefunções, na medida em que os conteúdos semânticos e representacionais estão estritamente vinculados às reações dos consumidores em relação ao que é representado pelos produtores. Com a sua proposta de naturalização da intencionalidade, Millikan dispensa a explicação constitutiva das representações internas, aos moldes fenomenológicos, e direciona a análise das representações internas para o campo da cooperação social entre organismos de mesma vinculação genética. É no interior desse sistema cooperativo que se dá a fixação dos conteúdos semânticos (naturalizados) e a formação de crenças, verdadeiras ou falsas.

A história evolutiva indica que dispositivos podem ser projetados para serem

dotados de crenças falsas, em especial os consumidores. Isso ocorre porque

Em alguns casos, a falha em funcionar corretamente pode ser estatisticamente ainda mais comum do que o funcionamento adequado. Por exemplo, muitos mecanismos biológicos falham na maior parte do tempo em ter aqueles efeitos propícios ocasionais que, no entanto, são responsáveis por sua proliferação na espécie¹⁷. (MILLIKAN, 2005, p. 168).

Em razão disso, nem sempre é possível que a adequada fixação dos conteúdos aconteça. Tais crenças não precisam ser totalmente eliminadas, mesmo que não correspondam às funcionalidades das representações externas. Aliás, crenças falsas não são representações, pois que elas não correspondem a qualquer coisa que esteja no mundo. (MILLIKAN, 1989, p. 289).

A biosemântica de Millikan não faz uso propriamente de uma explicação causal da fixação de representações e conteúdos mentais, já que uma função pode ser desempenhada corretamente, isto é, alcançar uma determinada finalidade, mesmo que por razões não diretamente correlativas às representações externas desempenhadas¹⁸. Millikan trata igualmente de representações mentais que são, de algum modo, independentes de dados sensoriais. Ao abdicar da explicação causal da formação de representações, Millikan pode preservar as diferenças entre representação externa e conteúdo mental. Nesse sentido, “[...] representações fabricadas de maneira idêntica por diferentes espécies de animais podem ter conteúdos diferentes¹⁹”. (MILLIKAN, 1989, p. 291). Por outro lado, “[...] representações com o mesmo conteúdo podem ser normalmente fabricadas de diversas maneiras, mesmo na mesma espécie²⁰”. (MILLIKAN, 1989, p. 291).

Ao fazer a transposição da análise dos sinais intencionais de organismos biológicos como animais e organismos com estruturas fisiológicas mais “primitivas”, Millikan não quer inferir que esses organismos sejam capazes de ter os mesmos tipos de representações internas que os seres humanos. Ela parece, na verdade, abster-se de tomar uma posição nesse debate²¹. Essa será mais uma de suas divergências com os funcionalistas. As suas considerações sobre a relação entre representações internas e externas dos organismos biológicos dizem respeito estritamente a um tipo específico de representação: representações indicativas. Elas são mecanismos utilizados para indicar a fonte de alimento para os demais integrantes de uma mesma família genética, por exemplo. Representações indicativas equivalem a sinais intencionais, os quais, ao contrário das crenças e representações humanas, estão sempre vinculados a ações. Além do mais, humanos sempre podem vincular crenças a outras crenças, podendo até mesmo produzir novas crenças através dessa vinculação. (MILLIKAN, 1989, p. 296). Estaria Millikan sugerindo aqui algum tipo de sobreposição de atos mentais?

Considerações finais

O que pretendi demonstrar é que apesar de Husserl e Millikan aderirem a posições distintas sobre a natureza do significado, ambos compõem as suas teorias da intencionalidade sob um pano de fundo semântico e mesmo teleológico. Como vimos, Husserl e Millikan aderem à teoria intencionalista, apesar de estarem em polos distintos no embate epistêmico entre internalismo e externalismo. Ainda assim, ambos pretendem resguardar o caráter intersubjetivo do significado, a partir

de elementos normativos, seja na esfera da constituição perceptiva como em Husserl, seja como representação de sinais intencionais e performance de dispositivos biológicos como em Millikan. Há, em ambos os casos, uma correlação entre as condições internas e externas, desenvolvida de modo não causal, mas teleologicamente. Em Husserl essa correlação refere-se à estrutura noético-noemática da consciência e em Millikan a critérios funcionais de desempenho avaliados no contexto externo e evolutivo.

O caráter compartilhado do significado pode parecer mais evidente em abordagens externalistas como a de Millikan. No entanto, em nenhuma medida podemos considerar que, no internalismo de Husserl, esteja pressuposto que o significado seja de alguma forma produzido pelo sujeito. Na relação noético-noemática da intencionalidade, Husserl pretende justamente evitar confusões entre o sentido ou significado enquanto ato de consciência e o objeto representado. Como tentei demonstrar, em Husserl, a significação está condicionada ao seu ato de consciência específico e, portanto, ela “não é objeto, mas o modo de dar-se do objeto”. (OLIVEIRA, 2006, p. 45). É importante dizer que apesar de essa ser uma posição internalista da significação, ela não é uma análise puramente subjetiva da constituição de conteúdos mentais, pois que ela implica em alguma medida também os objetos.

Husserl e Millikan, enquanto intencionalistas, fundamentam as suas teorias semânticas através da análise de processos teleológicos de formação do sentido que são anteriores ao significado linguístico. Husserl trata da constituição intuitiva do sentido e Millikan de funções biológicas que são até mesmo anteriores à sua constituição consciente e que, portanto, precedem as formulações linguísticas. As principais diferenças entre o internalismo de Husserl e o externalismo de Millikan estão relacionadas com os modos propostos de captação da significação. Diante de todas essas questões, podemos considerar que um dos principais pontos de conflito com as teorias naturalizadas da consciência é o de que o desenvolvimento conceitual presente na fenomenologia de Husserl resulta na análise da intencionalidade por uma perspectiva semântica, mas não psicológica. O desenvolvimento intencional dos vividos de consciência é teleológico por excelência e não se refere unicamente ao nível perceptivo e empírico. Por outro lado, Millikan faz uso do conceito de teleologia em conformidade com o campo da biologia e, portanto, ao naturalizar o conceito de intencionalidade, ela dispensa a análise de estados mentais internos e prioriza a funcionalidade de comportamentos observáveis.

Nas suas teorias da intencionalidade, vinculadas a um processo teleológico, são considerados tipos de representações que podem ser dissociadas dos dados sensíveis. A abordagem internalista da intencionalidade husserliana resulta em uma teoria da representação em que a relação entre representante e representado ocorre por meio de uma imprescindível apreensão intuitiva e de uma “visão de essência” do significado que são assimiladas pelo sujeito antes mesmo da expressão linguística. O condicionamento husserliano dos atos significativos à intuição é justificado como o elemento normativo que possibilita que o mesmo significado possa ser representado em uma multiplicidade de atos diferentes. Na orientação externalista da biosemântica de Millikan encontramos uma teoria semântica fundada por uma teoria da representação naturalizada. A normatividade da fixação dos conteúdos semânticos está, na biosemântica de Millikan, condicionada à relação entre os dispositivos produtores e consumidores, com a primazia dos últimos, que

determinam o que seja o bom funcionamento.

Por fim, como vimos, Husserl, enquanto fenomenólogo, e Millikan, como adepta do naturalismo e do realismo científico, operam seus conceitos em níveis diferentes, apesar de pretenderem igualmente garantir a objetividade do significado em termos pré-linguísticos. Para dar conta dos seus propósitos, eles fazem uso de ampliações conceituais no que se refere aos termos significado, função e teleologia. Como intencionalistas, ambos definem elementos que são determinantes para o sucesso e o fracasso das realizações intencionais, sem a adesão a posições reducionistas da consciência.

Referências:

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BRENTANO, Franz, **Psychology from an empirical standpoint**. Translated by Antos C.Rancurello, D.B.Terrelland Linda L.McAlister. New York: Routledge, 2009.

CHURCHLAND, Paul M. **Matéria e consciência: uma introdução contemporânea à filosofia da mente**. Trad. Maria Clara Cescato. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

DOYON, Maxime. The normative turn of perceptual intentionality and its metaphysical consequences (or why Husserl was neither a disjunctivist nor a conjunctivist). In **The Husserlian Mind**. Hanne Jacobs (Editor). New York: Routledge Philosophical Minds, 2022.

FUMERTON, Richard. **Epistemologia**. Edição digital. Trad. Sofia Inês Albornoz Stein e Ramon Felipe Wagner. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014.

GODFREY-SMITH, Peter. **Mental Representation, Naturalism, and Teleosemantics**. In *Teleosemantics New Philosophical Essays*. Graham Macdonald and David Papineau (Editors) Oxford: Clarendon Press, 2006.

HUSSERL, Edmund. **A crise das ciências europeias e a fenomenologia transcendental: uma introdução à filosofia fenomenológica**. De acordo com a Husserliana VI. Trad. Diogo Falcão Ferrer. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

_____. **Ideias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica: introdução geral à fenomenologia pura**. Trad. Márcio Suzuki. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2006.

_____. **Investigações lógicas: prolegômenos à lógica pura**. Vol. I. Trad. Diogo Ferrer. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

_____. **Investigações lógicas: sexta investigação** (elementos de uma elucidação fenomenológica do conhecimento). Coleção Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1975.

_____. **Meditações cartesianas e Conferências de Paris.** De acordo com o texto da Husserliana I. Trad. Pedro M. S. Alves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

LERCLEC, André. Como ser intencionalista e disposicionalista. In: **Prometheus Journal of Philosophy.** Dossiê Linguagem e Cognição. Nº 33, 2020, p. 65-78. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/prometeus/article/view/13807>> Acesso em 24 de Jul. 2022.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção.** Trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 2ª. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **O filósofo e sua sombra.** Coleção Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1975.

MIGUENS, Sofia. Dennett, Millikan e o telefuncionalismo. **Revista Portuguesa de Filosofia,** (1998), p. 467-509. Disponível em <<https://philpapers.org/rec/MIGDME>> Acesso 26 de jun. 2022.

MILLIKAN, Ruth Garret. **Biosemanantics.** In Brian P. McLaughlin & Ansgar Beckerman (eds.), *Journal of Philosophy.* Oxford University Press. pp. 281--297 (1989). Disponível em < <https://philpapers.org/rec/B>> Access 20th Jul. 2022.

MILLIKAN, Ruth Garret. **Language, a biological model.** Oxford University Press, 2005.

MOURA, Carlos Alberto Ribeiro de. **Crítica da razão na fenomenologia.** São Paulo: Nova Stella: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

OLIVA, Alberto. **Filosofia da Ciência.** 3ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **Reviravolta linguístico-pragmática na filosofia contemporânea.** 3ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

RENAUDIE, Pierre-Jean. The First Breakthrough: Psychology, theory of knowledge, and phenomenology of meaning in *Logical Investigations.* In **The Husserlian Mind.** Hanne Jacobs (Editor). New York: Routledge Philosophical Minds, 2022.

SACRINI, Marcus. **A cientificidade na fenomenologia de Husserl.** São Paulo: Edições Loyola, 2018.

SILVA, Porfírio. **Intencionalidade: mecanismo e interação.** Principia 14(2): (2010), pp. 255–27.

STEIN, Sofia Inês Albornoz. **Os propósitos da linguagem: a naturalização da semântica.** In: SILVA, Cibelle Celestino; SALVATICO, Luis (Eds.). Filosofia e História da Ciência no Cone Sul: seleção de trabalhos do 7º Encontro da AFHIC. Porto Alegre: Entrementes Editorial, 2012. p. 536-542.

TUGENHAT, Ernest; WOLF, Ursula. **Propedêutica lógico-semântica**. Trad. Fernando Augusto da Rocha Rodrigues. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

¹ Mestra em Filosofia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Doutoranda em Filosofia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. E-mail: lucianelindenmeyer@gmail.com, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0100181335047492>

² Não podemos ignorar os esforços husserlianos para se distanciar das epistemologias dos modernos como Descartes e Kant, autores que não foram capazes, segundo ele, de realizar uma completa fundamentação do conhecimento na subjetividade transcendental. (HUSSERL, 2013).

³ Esta e as demais traduções ao longo do texto são de minha autoria. (Cf. BRENTANO, 2009, p. 49): “the fundamental laws from which we can derive the phenomena of mental succession, now and probably for a long time to come, are merely empirical laws”.

⁴ É importante contextualizar que o que Husserl chama de consciência é muito mais amplo do que, em geral encontramos nas pesquisas em Filosofia da Mente como estados mentais. Em Husserl (2006, p. 27) a consciência é indicada como sendo referente a “todas as espécies de vividos”. Só temos acesso à consciência impessoal fenomenológica por meio da redução fenomenológica. Acessamos assim a consciência intuitivamente pela “descrição dos vividos puros”. Uma vez realizada a crítica ao psicologismo, o “eu empírico” é também colocado em questão, pois que ele é a estrutura formal da consciência, mas não a consciência propriamente dita. Essa dissociação será relevante para as fenomenologias, dadas as suas especificidades, de Sartre e Merleau-Ponty. Não encontramos em Husserl o uso conceitual de estados mentais, mas de vivência de consciência, de modo que “As vivências de consciência são também denominadas *intencionais*, em que a palavra “intencionalidade” não significa, então, outra coisa senão esta propriedade universal e fundamental da consciência de ser consciência de qualquer coisa, de transportar em si, enquanto *cogito*, o seu próprio *cogitatum*”. (HUSSERL, 2013, § 14, p. 71). Em razão disso, a consciência é, em Husserl, “um *movimento permanente* de fenômeno” (MANFREDO, 2006, p. 43).

⁵ (Cf. DOYON, 2022, p. 173): “[...] which sets the standard of success or failure of perception’s progression”.

⁶ Em *Ideias I*, Husserl define, de modo geral, retenção como “memoração retroativa” (2006, § 44, p. 105) e a protensão como a “direção oposta” da retenção, isto é, o “depois” o “contínuo” da retenção. (2006, § 81, p. 186). Fica caracterizado, portanto, o movimento entre vividos passados e futuros da experiência perceptiva.

⁷ (Cf. RENAUDIE, 2022, p. 13): “Intentionality does not consist in an essential property of mental (as opposed to physical) states but expresses a structural feature of lived experiences, thanks to which the latter can be described as consisting in various modes of relation to some object”.

⁸ No período da *Crise*, Husserl (2012, § 7, p. 13) chega a falar da teleologia de modo mais amplo do que o desenvolvimento intencional da consciência, isto é, ele faz referência à teleologia como sendo um tipo de “sentido interior” atribuível à razão e mesmo à história da filosofia. Uma das funções da fenomenologia, deste período final de sua vida, é justamente questionar e demonstrar esse sentido.

⁹ (Cf. MILLIKAN, 2005 p. 168): “Brentano took the essence of intentionality to be the capacity of the mind to ‘intend’ the nonexistent. In recent years it has become generally accepted that he was right in this sense: the core of any theory of representation must contain an explanation of how misrepresentation can occur. I have argued that misrepresentation is best understood by embedding the theory of intentionality within a theory of function that allows us to understand more generally what malfunction is”.

¹⁰ Um determinado organismo tem o seu desempenho considerado *normal* quando situado no seu contexto histórico de desenvolvimento evolutivo. É *normal* mesmo um desempenho que tenha sido poucas vezes realizado “corretamente” (MILLIKAN, 1989, p. 284). Isso quer dizer que, obviamente, uma representação externa pode estar em desacordo com a sua finalidade de uso. Tomemos como exemplo um sinal intencional que seja realizado a fim de indicar uma situação perigosa, mas que essa não seja a real ocorrência no mundo. Ainda assim, é vantajoso para os organismos biológicos em questão serem capazes de realizar essa função. De acordo com Millikan (1989, p. 283), “A natureza sabe que é melhor errar por precaução, e é provável que muitos desses sinais ocorram com mais frequência na ausência do que na presença de qualquer perigo real. Certamente não há nada de incoerente na ideia de que isso possa ser assim, portanto, muitos desses sinais não carregam

informações naturais sobre os perigos que eles sinalizam”. (Cf.): “Nature knows that it is better to err on the side of caution, and it is likely that many of these signs occur more often in the absence than in the presence of any real danger. Certainly there is nothing incoherent in the idea that this might be so, hence that many of these signals do not carry natural information concerning the dangers they signal”. Isso está relacionado com a própria dinâmica de preservação dessas telefunções.

¹¹ (Cf. GODFREY-SMITH, 2006, p. 42): “The ‘teleosemantic’ program is part of the attempt to give a naturalistic explanation of the semantic properties of mental representations. The aim is to show how the internal states of a wholly physical agent could, as a matter of objective fact, represent the world beyond them”.

¹² (Cf. Millikan, 1989, p. 281-282): “Where the represented is R and its representation is “R,” under conditions of wellfunctioning, we might suppose, only Rs can or are likely to produce “Rs.” Or perhaps “R” is a representation of R just in case the system was designed to react to Rs by producing “Rs.”

¹³ Isso porque Millikan (1989, p. 283), enquanto intencionalista, não negará a existência de representações internas, mas estas são indissociáveis, e mesmo dependentes, das representações externas. De modo mais detalhado, o que está em questão aqui é a relacionalidade entre os dispositivos produtores de sinais intencionais e os dispositivos consumidores dessas representações. Millikan propõe a primazia dos dispositivos consumidores em referência aos produtores, isto é, são os primeiros que determinam o que é uma representação, mesmo que esta seja considerada como “interna”. Nas suas próprias palavras: “[...] what makes a thing into an inner representation is, near enough, that its function is to represent. But, I shall argue, the way to unpack this insight is to focus on representation consumption, rather than representation production. It is the devices that use representations which determine these to be representations and, at the same time [...] determine their content”. (MILLIKAN, 1989, p. 283-284). Tradução: “O que faz de uma coisa uma representação interna é, bastante próximo, que sua função é representar. Mas, devo argumentar, a maneira de descompactar esse insight é focar no consumo de representação, em vez de na produção de representação. São os dispositivos que utilizam as representações que determinam que estas sejam representações e, ao mesmo tempo determinar o seu conteúdo”.

¹⁴ (Cf. MILLIKAN, 1989, p. 286): “There must be something about the consumer that constitutes its taking the signs to indicate, say, p, q, and r rather than s, t, and u. But, if we know what constitutes the consumer's taking a sign to indicate p, what q, what r, etc., then, granted that the consumer's takings are in some way systematically derived from the structures of the signs so taken, we can construct a semantics for the consumer's language”.

¹⁵ Em *Biosemanantics*, Millikan (1989, p. 286-287) apresenta duas condições para que os dispositivos tenham representações internas e que desempenhem funções apropriadas. Uma delas é que, por meio de certas regras, haja um acordo entre a representação e o representado. Há aqui, obviamente, a pressuposição da noção de correspondência. Em seguida, Millikan apresenta uma segunda condição, que está relacionada com a variabilidade das condições de representação, ou seja, para além das regras invariáveis da biosemântica dos organismos, existem também elementos variáveis. Portanto, “as representações sempre admitem transformações significativas (no sentido matemático), que concordam com as transformações de seus representados correspondentes, apresentando assim uma articulação significativa em aspectos variantes e invariantes”. (Cf. MILLIKAN, 1989, p. 287): “representations always admit of significant transformations (in the mathematical sense), which accord with transformations of their corresponding represented, thus displaying significant articulation into variant and invariant aspects”.

¹⁶ (Cf. MILLIKAN, 1989, p. 286): “Although a representation always is something that is produced by a system whose proper function is to make that representation correspond by rule to the world, what the rule of correspondence is, what gives definition to this function, is determined entirely by the representation's consumers”.

¹⁷ (Cf. MILLIKAN, 2005, p. 168): “In some cases failure to function properly may be statistically even more common than proper functioning. For example, many biological mechanisms fail much of the time to have those occasional propitious effects that have nonetheless accounted for their proliferation in the species”.

¹⁸ Um caso ilustrativo é o das bactérias mencionado por Dretske e que é retomado por Millikan (1989, p. 290-291). Basicamente, essas bactérias movimentam-se em direção à água sem oxigênio por meio de dispositivos internos chamados de magnetossomos. Poderíamos considerar que esse movimento seja a sua função adequada. No entanto, a explicação de o porquê elas realizam essa representação é a de que, na verdade, elas são atraídas por um campo magnético e não pela água, propriamente. Não há aqui, portanto, causalidade entre a representação externa das bactérias, isto é, o seu movimento,

e o direcionamento até a água sem oxigênio. Este pode ser considerado como apenas acidental. O funcionamento *normal* dos magnetossomos é ser atraído pelo campo magnético dos polos da Terra e não pela água.

¹⁹ (Cf. MILLIKAN, 1989, p. 291): “[...] representations manufactured in identical ways by different species of animal might have different contents”.

²⁰ (Cf. MILLIKAN, 1989, p. 291): “[...] representations with the same content may be normally manufactured in a diversity of ways, even in the same species”.

²¹ Ao mencionar Dennett, Millikan afirma o seguinte: “É realmente plausível que bactérias e paramecios, ou mesmo pássaros e abelhas, tenham representações internas no mesmo sentido que nós? Estou realmente preparada para dizer que essas criaturas também têm estados mentais, que pensam? Não estou preparada para dizer isso”. (Cf. MILLIKAN, 1989, p. 291): “Is it really plausible that bacteria and paramecia, or even birds and bees, have inner representations in the same sense that we do? Am I really prepared to say that these creatures, too, have mental states, that they think? I am not prepared to say that”.

Recebido em: 07/2022

Aprovado em: 08/2022